PODER

Governo depende de Lira para aprovar arcabouço

Ferido pela derrota na disputa das comissões e pela formação do superbloco partidário, deputado pode ser uma difícil barreira

» DENISE ROTHENBURG

Passado o recesso branco desta semana na Câmara, o governo será obrigado a se acertar com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Depois da derrota para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na queda de braço das comissões mistas para a análise das medidas provisórias **(leia reportagem abaixo)** e da formação do bloco MDB-PSD-Podemos-Republicanos-PSC, que ameaça reduzir o poder de fogo do Centrão, o deputado precisa mostrar que perdeu uma batalha, mas não a guerra. E é aí que Lira se torna razão para tirar o sono de muita gente no Palácio do Planalto.

Para começar, é o presidente da Câmara quem ditará a velocidade de tramitação do arcabouço e indicará o relator da matéria. Há, pelo menos, quatro deputados do PP interessados na função, mas Cláudio Cajado (PP-BA) tem a preferência de Lira.

O parlamentar baiano é presidente em exercício do PP e, na relatoria, leva o partido a votar fechado no documento que elaborar sobre o arcabouço — que, aliás, é alvo de críticas do senador Ciro Nogueira (PP-PI) antes mesmo de desembarcar no Congresso. Fazer de Cajado relator "ajusta" a bancada da legenda.

Presidente licenciado do partido, Ciro tuitou em pleno Domingo de Ramos contra a proposta do governo para o balizamento econômico: "Um arcabouço baseado no aumento de receitas, que não prevê corte de despesas, ou seja, um arcabouço inflacionário, não é um arcabouço fiscal. Vamos tratar as coisas como elas são: arcabouço fatal", publicou.

Em outro tuíte, fez chacota da nova regra fiscal, comparando-a ao "lobo mau" do conto infantil. "Para que essa despesa enorme? Para te proteger, Chapeuzinho. E as receitas tão baixas? Para te fazer crescer! Mas, arcabouço, e se não der certo? Eu vou te devorar! Moral da história: o arcabouço fatal é o lobo mau fantasiado de vovozinha."

Os tuítes do senador foram vistos por integrantes do PP como um recado ao Centrão para bombardear o texto, mesmo sem ser conhecido. Ao **Correio**, em entrevista publicada ontem, Ciro afirmou que Lula não se atualizou e não deveria ter voltado. A leitura dos parlamentares é de que o ex-ministro da Casa Civil de Jair Bolsonaro trabalhará para manter o partido na oposição. O PP, hoje, tem uma parcela expressiva interessada em se aproximar do Palácio do Planalto.

Cautela

Mas, entre os deputados — do PP e outras legendas —, prevalece a cautela em relação às novas regras. Muitos dizem que, sem conhecer os detalhes da baliza fiscal, não dá para aprová-la em tempo recorde. Prova disso é que, na semana passada, dois deputados de matizes ideológicos opostos foram cautelosos e deram declarações idênticas: "O diabo mora nos detalhes", disseram ao **Correio** os líderes do PSol, Guilherme Boulos (SP), e do PL, Altineu Côrtes (RJ).

A tendência é que o arcabouço seja aprovado, mas não sem alterações ou algum estresse na relação política. A formação do bloco MDB-PSD-Podemos-Republicanos-PSC, deixando o PP com um grupo menor de partidos, é um desses problemas. Aliados de Lira tentam, agora, juntar um número de legendas maior para tentar suplantar a nova força de 142 deputados, costurada pelos presidentes do PSD, Gilberto Kassab, e do Republicanos, Marcos Pereira.

Nessa queda de braço de Centro x Centrão, caberá ao governo estabelecer um ambiente político saudável, a fim de que o projeto do arcabouço não pague o preço das brigas políticas. Entre os integrantes do União Brasil, que trabalha um bloco com o PP, há quem veja o dedo do Palácio do Planalto na formação do bloco que dividiu o Centrão.

As últimas contas dos governistas indicam que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conta, hoje, com cerca de 240 votos na Câmara. Para aprovar o arcabouço, terá que ampliar esse número, mantendo uma relação amistosa com os partidos de Centro e com uma parcela expressiva do Centrão. Isso passa por atendimento na liberação de emendas e indicações nos segundo e terceiro escalões do Executivo.

O conselho de quem conhece profundamente a Casa é de que, para facilitar o próprio jogo, o melhor é governo se acertar com Lira — hoje o senhor do tempo na Câmara.

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Presidente da Câmara indicará o relator da nova regra fiscal e, mais uma vez, está em condições de impôr barreiras à tramitação da matéria

> **Arcabouço baseado no aumento de receitas, que não prevê corte de despesas, ou seja, um arcabouço inflacionário, não é um arcabouço fiscal. Vamos tratar as coisas como elas são: arcabouço fatal"**
>
> ***Tuíte do senador Ciro Nogueira (PP-PI)***

Pacheco sai na frente na guerra das MPs

» KELLY HEKALLY
» Especial para o **Correio**

A queda de braço das comissões mistas deu a Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Congresso, uma vitória expressiva, sobretudo considerando quem estava do outro lado da corda do cabo de guerra: Arthur Lira (PP-AL). Nome que ganhou força no governo de Jair Bolsonaro, ao suceder o então deputado Rodrigo Maia — desafeto declarado do ex-presidente —, em 2021, o presidente da Câmara resistia à retomada dos colegiados que, constitucional e regimentalmente, analisam as medidas provisórias (MPs) para não perder o poder amealhado durante o rito adotado no período da pandemia, que dava a ele e seus pares grande capacidade de negociação com o Palácio do Planalto.

Lira acabou vencido, mas, antes, mostrou que cairia atirando. Anunciou até que iria pôr fim às comissões, desrespeitando a Constituição, e que ingnoraria a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que poderia impôr a volta do trâmite normal para análise de MPs. "Não havia uma proposta que passasse sem que Lira tomasse a decisão final", comenta um deputado que fez parte da Mesa Diretora, na legislatura passada, deixando clara a razão de tanta resistência da parte do presidente da Câmara. Afinal, quem controla as medidas provisórias, controla, também, a inserção de **"jabutis"** no texto analisado pelos parlamentares. Mas não apenas isso: Lira ainda ditava o ritmo de tramitação da MP e indicava o deputado que a relataria. A tradução de tudo: uma grande capacidade de negociação, para ele e seu grupo, junto ao governo.

Com a volta das comissões mistas, esse poder muda de mãos. Dá a Pacheco, pela primeira vez desde que foi eleito presidente do Senado, em 2021, o poder de escolher ou mesmo chancelar relatores de comissões que analisam as MPs. Na ausência das indicações dos membros das comissões por parte dos líderes partidários, será do senador a atribuição de escolhê-los.

O Planalto, porém, preferiu manter equidistância do conflito entre os presidentes do Senado e da Câmara. E embora considere mais fácil o diálogo com Pacheco do que com Lira, se equilibra nos comentários para não despertar a irritação do deputado. Líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) evita falar em ganhador ou perdedor — prefere afirmar que "venceu o entendimento entre as duas Casas". Na mesma linha, vai o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. "Não há vitória ou derrota diante da Constituição."

Adversário político de Lira em Alagoas, o senador Renan Calheiros (MDB) foi um dos artífices da vitória de Pacheco ao pedir uma questão de ordem, aprovada por todos os líderes da Casa. "O Rodrigo, diplomático, ficava assentindo com a cabeça para o Arthur, mas sabia exatamente que não era possível o que estava sendo pedido. Foi ganhando tempo, no diálogo, para evitar mais crise", explicou Renan.

Para o senador Irajá (PSD-TO), o "Congresso é que vai ganhar com a retomada das comissões mistas, de forma igualitária e alternando as relatorias entre deputados e senadores. Não acho que seja justo centralizar em uma das Casas todo o trabalho. Pacheco tem a Constituição ao lado dele. Quando há previsão constitucional, tem que se obedecer", afirmou.

Disputa "bizantina"

A senadora Soraya Thronicke (União Brasil-MS) salienta que "não deveria ser uma queda de braço, nem uma disputa política, pois ambos têm obrigação de obedecer a lei". Da mesma forma pensa o ex-vice-presidente e agora senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), que classifica a disputa entre Pacheco e Lira de "bizantina".

"Agora, temos que fazer com que volte ao curso normal. Se a gente não cumpre a Constituição, estamos totalmente errados", critica.

Mas um senador do bloco Democracia (composto por MDB, União Brasil, Podemos, PDT, PSDB e Rede) considera que Pacheco venceu a queda de braço "apenas em razão da Constituição". E avalia que se fosse uma negociação que envolvesse "exclusivamente de acordos políticos, o resultado não seria o mesmo".

"Pacheco teve uma recondução apertada como presidente, o que mostra que não tem força. O governo foi quem fez com que Pacheco vencesse, diferentemente de Lira, que foi aclamado na Câmara. A diferença das votações aponta quem tem força e quem não tem", observa o senador, que pediu o anonimato.

Estranhezas no texto

"Jabutis" são as emendas parlamentares sem qualquer conexão com o texto da medida provisória ou projeto de lei em discussão no Congresso. Tais acréscimos são sempre moeda de troca entre o governo e o Parlamento. A expressão "jabuti" é atribuída ao ex-deputado Vitorino Freire, representante do coronelismo maranhense e adversário político do clã Sarney, quando comentou tais estranhezas nos textos parlamentares: "Jabuti não sobe em árvore. Foi enchente ou foi mão de gente", ensinou.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Para observadores do Senado, posição de Pacheco só prevaleceu porque tem previsão constitucional